

Galtiênio da Cruz Paulino

A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA E O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

3ª Edição

Uma Análise à Luz da Efetividade
dos Direitos Penal e Processual Penal

Atualizado de acordo com o atual posicionamento
do Supremo Tribunal Federal fixado no julgamento
das ADCs 43, 44 e 54 em 2019.

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Galtiênio da Cruz Paulino

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patricia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P328e

Paulino, Galtiênio da Cruz

A execução provisória da pena e o princípio da presunção de inocência : uma análise à luz da efetividade dos direitos penal e processual penal / Galtiênio da Cruz Paulino. – 3. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

198 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 169-185.

ISBN 978-65-5510-364-9

1.Direito penal. 2. Processo penal - Brasil. 3. Princípio da presunção de inocência. 4. Execução provisória da pena. 5. Efetividade. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	IX
Introdução	3
Capítulo 1- Execução Provisória da Pena e Princípio da Presunção de Inocência	7
1.1 Análise sob a perspectiva do direito interno	7
1.1.1 Previsão normativa.....	7
1.1.2 Evolução da jurisprudência.....	10
1.1.3 O princípio da presunção de inocência.....	13
1.1.3.1 Presunção de inocência como direito fundamental.....	13
1.1.3.2 Conteúdo do princípio	16
1.1.3.3 Interpretação constitucional e a compatibilização com os demais direitos fundamentais.....	19
1.2 Princípio da presunção de inocência na ordem internacional	44
1.2.1 Proteção internacional dos direitos humanos e mandados de criminalização.....	44
1.2.2 Conteúdo e fins dos mandados de criminalização	52
1.2.3 Os mandados de criminalização, o princípio da presunção de inocência e a execução provisória da pena no Brasil.....	57

Capítulo 2 - A Execução Provisória da Pena e o Princípio da Presunção de Inocência na Seara do Direito Comparado - A Ordem Jurídica Portuguesa.....	61
2.1 Análise no âmbito do direito português	61
2.2 Campo de incidência do princípio da presunção de inocência	65
2.3 Reflexos do princípio da presunção de inocência na execução da pena	69
Capítulo 3- A Execução Provisória da Pena e o Garantismo Penal.....	75
3.1 Da concepção individualista do garantismo.....	76
3.2 Garantismo penal e estado social e democrático de direito.....	79
3.3 Garantismo penal e defesa integral dos direitos fundamentais	85
3.3.1 Visão formal dos direitos fundamentais de Ferrajoli e sua concepção sobre democracia.....	85
3.3.2 Garantismo: acepções, axiomas e a visão integral	90
3.3.3 A execução provisória da pena à luz do garantismo penal integral.....	98
Capítulo 4 - Análises Comportamental e Econômica da Execução Provisória da Pena	109
4.1 Análise comportamental e execução provisória da pena.....	110
4.1.1 Considerações gerais sobre a análise comportamental.....	110
4.1.2 Possíveis consequências comportamentais resultantes do novo posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a execução da pena.....	119

4.2 Análise econômica e a execução provisória da pena.....	124
4.2.1 Considerações gerais sobre a Análise Econômica do Direito.....	124
4.2.2 Análise econômica do crime	130
4.2.3 Análise econômica da execução provisória da pena no Brasil e a celeridade judicial.....	135

**Capítulo 5 - A Execução Provisória da Pena e a
Efetividade dos Direitos Penal e Processual Penal..... 149**

5.1 Fins da pena.....	149
5.2 Perspectiva processual do tema.....	156
5.3 Riscos de ineficácia do direito penal: recursos, prescrição, seletividade da incidência criminal e sentimento popular de justiça.....	158

Conclusão 167

Referências..... 169